

Aviso n.º 13 218/2007**Nomeação em regime de substituição. Pessoal dirigente**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho da presidente da Câmara de 29 de Junho de 2007, António Francisco Pinela Jonas, técnico superior assessor principal da carreira de engenheiro civil, foi nomeado, em regime de substituição, pelo período de dois meses, prorrogável caso esteja a decorrer procedimento com vista ao provimento de novo titular, para exercer o cargo de director do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º, n.º 1, alínea b), 15.º e 2.º, n.º 1, alínea c), todos do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Esta nomeação produz efeitos a partir de 27 de Junho de 2007, para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Vereador com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611031932

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA**Aviso n.º 13 219/2007****Nomeação**

Para os devidos e legais efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na sequência do concurso interno de acesso limitado aberto por aviso afixado no átrio dos Paços do Município em 12 de Março de 2007, torna-se público que nomeei, por meu despacho de 29 de Junho de 2007, a candidata Margarida Vasconcelos Santos, para o lugar de o técnico superior principal, engenheira civil.

A nomeada deverá tomar posse no respectivo lugar no prazo de 20 dias contado da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611032066

Aviso n.º 13 220/2007**Nomeação**

Para os devidos e legais efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na sequência do concurso interno de acesso limitado aberto por aviso afixado no átrio dos Paços do Município em 12 de Março de 2007, torna-se público que nomeei, por meu despacho de 29 de Junho de 2007, o candidato Fernando Marques Sá Marinheiro, para o lugar de o técnico especialista, engenheiro técnico civil.

O nomeado deverá tomar posse no respectivo lugar no prazo de 20 dias contado da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611032045

Aviso n.º 13 221/2007**Nomeação**

Para os devidos e legais efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na sequência do concurso interno de acesso limitado aberto por aviso afixado no átrio dos Paços do Município em 23 de Abril de 2007, torna-se público que nomeei, por meu despacho de 29 de Junho de 2007, o candidato Raul António Bandeira Gouveia para o lugar de técnico profissional de 1.ª classe — experimentador metrológico.

O nomeado deverá tomar posse no respectivo lugar no prazo de 20 dias contados da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611032179

Aviso n.º 13 222/2007**Nomeação**

Para os devidos e legais efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na sequência do concurso interno de acesso limitado aberto por aviso afixado no átrio dos Paços do Município em 12 de Março de 2007, torna-se público que nomeei, por meu despacho de 29 de Junho de 2007, o candidato Paulo Sérgio Rodrigues Soares para o lugar de operário qualificado principal — calceteiro.

O nomeado deverá tomar posse no respectivo lugar no prazo de 20 dias contados da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611032273

Aviso n.º 13 223/2007

Para os devidos e legais efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na sequência do concurso interno de acesso limitado aberto por aviso afixado no átrio dos Paços do Município em 12 de Março de 2007, torna-se público que nomeei, por meu despacho de 29 de Junho de 2007, a candidata Maria Donzília Jesus Almeida para o lugar de tesoureiro principal.

A nomeada deverá tomar posse no respectivo lugar no prazo de 20 dias contados da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611032229

CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**Aviso n.º 13 224/2007****Nomeações definitivas**

Para os devidos efeitos, torna-se público que nomeei definitivamente, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, os seguintes funcionários:

Nélson Fernando França Soares, canalizador, categoria de operário — em 2 de Maio de 2007.

Luciano André Vieira Miranda, canalizador, categoria de operário — em 2 de Maio de 2007.

Pedro Miguel Paulino Baeta, leitor-cobrador de consumos — em 5 de Maio de 2007.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, António Lopes Bogalho.

2611032064

CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA**Aviso n.º 13 225/2007**

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 21 de Maio de 2007, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de auxiliar de serviços gerais, pelo período de um ano e seis meses, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2007, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com André Hélio Fonseca Correia, Ângelo Manuel Lopes Ramos, António Antunes Pereira, António Carvalho Fonseca, Helena Cristina Costa Relvas, Helena Paula Castanheira Fernandes, Madalena da Conceição Pereira Fonseca, Maria Amélia Marques Cardoso Loureiro, Octávio José Ferreira Henriques, Paula Cristina Correia Costa e Pedro Miguel Duarte Correia. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032099

Aviso n.º 13 226/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 3 de Maio de 2007, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com início em 21 de Maio cor-

rente, pelo prazo de um ano, renovável, conforme lista de classificação final, com o candidato Carlos Manuel Alves, com a remuneração mensal ilíquida de € 447,65, equivalente ao índice 137, escalão 1, da categoria de cabouqueiro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032091

Aviso n.º 13 227/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 20 de Junho de 2007, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com início em 25 de Junho corrente, pelo prazo de um ano, renovável, conforme lista de classificação final, com a candidata Sandra Maria da Silva Henriques, com a remuneração de € 418,24, equivalente ao índice 128, escalão 1, da categoria de auxiliar de serviços gerais. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032090

Aviso n.º 13 228/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 20 de Junho de 2007, foi celebrado contrato de formação em posto de trabalho, com efeitos a 25 de Junho corrente, na área de gestão de recursos humanos, nível v, conforme lista de classificação final, com a candidata Diana Lopes, ao abrigo do PEPAL (Programa de Estágios Profissionais para as Autarquias Locais). (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032081

Aviso n.º 13 229/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 13 de Abril de 2007, foi celebrado contrato de formação em posto de trabalho, com efeitos desde 16 de Abril do corrente ano, na área de serviço social, nível v, conforme a lista de classificação final, com a candidata Sandra Cristina Antunes Rodrigues Pais, ao abrigo do (PEPAL) Programa de Estágios Profissionais para as Autarquias Locais. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032072

Aviso n.º 13 230/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do vice-presidente da Câmara de 28 de Junho de 2007, foi concedida licença sem vencimento pelo período de 90 dias ao funcionário Bruno Cláudio Rodrigues Camisola, com efeitos a 1 de Julho de 2007 inclusive. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611032154

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA**Aviso n.º 13 231/2007**

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Maio de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso externo de admissão a estágio para ingresso na carreira de técnica superior, visando o preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Antropologia) do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Tavira.

2 — Para efeitos de recrutamento foi consultada a bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em condições de mobilidade especial nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi pela Direcção-Geral da Administração Pública emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

3 — Legislação aplicável — ao concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 427/89,

de 7 de Dezembro, 248/85, de 15 de Julho, 247/87, de 17 de Junho, 265/88, de 28 de Julho, 407/91, de 17 de Outubro, 409/91, de 17 de Outubro, 233/94, de 15 de Setembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, e demais legislação aplicável.

4 — Conteúdo funcional — o constante do despacho n.º 19 956/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Setembro de 2001.

5 — Prazo de validade — o presente concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

6 — A este concurso poderão candidatar-se os indivíduos vinculados ou não à função pública que reúnam, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, os seguintes requisitos:

6.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

6.2 — Requisitos especiais — licenciatura em Antropologia.

7 — O local de trabalho é na área do município de Tavira.

8 — À categoria de estagiário corresponde o índice 321, fixado nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

9 — Métodos de selecção — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

a) Prova oral de conhecimentos gerais e específicos (revestindo natureza teórica) e com carácter eliminatório;

b) Entrevista profissional de selecção.

9.1 — A prova oral de conhecimentos gerais e específicos terá a duração de trinta minutos, sendo admitidos à entrevista profissional de selecção os candidatos que obtiverem classificação igual ou superior a 9,5 valores.

A prova oral de conhecimentos, cujo programa foi aprovado por meu despacho de 21 de Junho de 2007, versará sobre os seguintes temas: Constituição da República Portuguesa; Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto — Lei Quadro dos Museus Portugueses; Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho — regime jurídico de realização de despesas públicas e da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.

9.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o exercício do lugar através da comparação com um perfil delineado de acordo com as características seguintes: interesse e motivação profissionais; sentido de organização e capacidade de inovação; capacidade de relacionamento e espírito de equipa; conhecimento dos problemas e tarefas inerentes às funções a exercer.

A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, após a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{3POC + 2EPS}{5}$$

em que:

CF= classificação final;

POC= prova oral de conhecimentos, revestindo natureza teórica;

EPS= entrevista profissional de selecção.

9.3 — Os critérios de avaliação da entrevista profissional de selecção, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta do júri do concurso de 12 de Junho de 2007, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Formalização das candidaturas para os concursos:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha normalizada de tamanho A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Tavira, podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Pessoal, sita no Edifício André Pilarte, Rua de D. Marcelino Franco, 2, 1.º, dentro das horas normais de expediente, ou